

PREFEITURA



RIO

RioSaúde

POLÍTICA PRIVACIDADE

RIO DE JANEIRO
2025

POLÍTICA PRIVACIDADE

RIO DE JANEIRO
2025

SUMÁRIO

Introdução	04
Definições	05
Controlador	07
Encarregado	07
Como são coletados os dados pessoais dos candidatos a processos seletivos	08
Base legal para o tratamento dos dados pessoais dos candidatos a processos seletivos	09
Como são coletados os dados pessoais dos colaboradores	09
Base legal para o tratamento dos dados pessoais dos colaboradores	10
Serviço aos usuários	11
Direitos dos titulares de dados pessoais	11
Compartilhamento de dados	12
Também poderá haver	12
Transferência internacional de dados	13
Segurança de dados	13
Atualização da Política de Privacidade	14
Foro	14
Versões	15

INTRODUÇÃO

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 12.527 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei Federal nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e tem como objetivo descrever como são tratados os dados pessoais dos usuários. Nesta política, encontram-se disponibilizadas informações sobre quais dados são coletados, como são coletados, qual base legal justifica a coleta, bem como, se há compartilhamento de dados com terceiros e quais as medidas de segurança adotadas para manter a segurança na coleta de tais dados.

Desde já, declaramos que respeitamos a privacidade e escolhas dos usuários quanto ao tratamento dos seus dados pessoais e só os tratamos nos exatos limites permitidos pela lei, considerando aspectos de necessidade, adequação e finalidade dos referidos dados.

DEFINIÇÕES BÁSICAS

AGENTES DE TRATAMENTO: São agentes de tratamento o controlador e o operador de dados pessoais, podendo ser pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado. Não são considerados controladores (autônomos ou conjuntos) ou operadores os indivíduos subordinados, tais como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de uma organização, já que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

BANCO DE DADOS: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

BASE LEGAL: Hipóteses previstas na LGPD que autorizam o tratamento de dados pessoais.

CONSENTIMENTO: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento dos seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.

CONTROLADOR: Pessoa natural (física) ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

COOKIE: São pequenos textos enviados ao navegador pelo site que você acessa. Eles ajudam o site a se lembrar de informações sobre sua visita, o que pode facilitar o próximo acesso e deixar o site mais útil para sua utilização. No processo seletivo externo da RioSaúde é utilizado cookie para autenticação. Ele garante que o usuário logado tenha passado por uma verificação de identidade, sendo, portanto, essencial para o funcionamento do sistema e para a segurança dos seus dados. Esse tipo de cookie é indispensável para manter a sessão ativa de forma segura e proteger as informações acessadas durante o uso da plataforma.

DADOS PESSOAIS: São informações referentes a uma pessoa natural identificada ou identificável. Em outras palavras, trata-se de qualquer dado coletado por um site que, isoladamente ou em conjunto com outros, permita a identificação de um indivíduo.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: São dados pessoais sobre sua origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à sua saúde ou à sua vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a você.

DADOS PESSOAIS ANONIMIZADOS: Dado relativo a um titular que não possa ser identificado,

considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS: Pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidade e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

FINALIDADE: É o objetivo que a empresa deseja alcançar a partir de cada ato de tratamento dos dados pessoais.

OPERADOR: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

TITULAR DOS DADOS: Pessoa natural a quem pertencem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

TRATAMENTO: Toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, cruzamento, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

USO COMPARTILHADO DOS DADOS: Comunicação, difusão, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos ou privados.

INCIDENTE DE SEGURANÇA COM DADOS PESSOAIS: Qualquer evento relacionado à violação na segurança dos dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte em destruição, perda, alteração, ou qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, que possa resultar em riscos para a privacidade e os direitos do titular de dados pessoais.

CONTROLADOR

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como controlador, em seu Art. 5º, inciso VI, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Somente após o compartilhamento dos dados pessoais por meio de inscrição nos nossos processos seletivos é que a RioSaúde passa a ser a responsável pelo seu tratamento; ou após admissão para os quadros de colaboradores da RioSaúde.

Endereço: Rua Dona Mariana, nº 48 – Botafogo – Rio de Janeiro.

Endereço eletrônico: privacidade.riosaudefeitura.rio

ENCARREGADO

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como encarregado, em seu Art. 5º, inciso VIII, a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), assim como verificar os riscos existentes, apontar as medidas corretivas e avaliar periodicamente a segurança de dados.

Os encarregados de dados da RioSaúde são:

MARINA EWERTON SEMEDO (Titular) - marina.semedo@rio.rj.gov.br

GIANCARLO FAILLACE (Suplente) – giancarlo.faillace@prefeitura.rio

LUCIANA CONY MENEZES (Suplente) luciana.cony@prefeitura.rio

O contato pode ser feito por meio dos e-mails informados para sanar dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou para obter mais informações sobre o tratamento dos dados realizado na empresa com fundamento na LGPD.

COMO SÃO COLETADOS OS DADOS PESSOAIS DOS CANDIDATOS A PROCESSOS SELETIVOS

Seus dados pessoais são coletados quando disponibilizados por meio das seguintes formas:

- a) Preenchimento do formulário cadastral;
- b) Candidatura em processos seletivos;
- c) Em contato direto, quando você poderá fornecer dados pessoais.

Esses dados podem ser: nome completo; nome social; nacionalidade; naturalidade; data de nascimento; sexo; filiação; número de inscrição no CPF, estado civil; endereço de e-mail; endereço; número de telefone; e documento Oficial de Identificação (RG, CNH e outros).

DADOS TRATADOS	FORMA DE COLETA DOS DADOS
Nome completo	Informado pelo usuário
Nome social	Informado pelo usuário (opcional)
Data de nascimento	Informado pelo usuário
Sexo	Informado pelo usuário
Filiação	Informado pelo usuário
Nacionalidade	Informado pelo usuário
Naturalidade	Informado pelo usuário
Número de inscrição no CPF	Informado pelo usuário
Estado civil	Informado pelo usuário
Endereço de e-mail	Informado pelo usuário
Documento oficial de identificação (RG, CNH e outros)	Informado pelo usuário
Endereço residencial	Informado pelo usuário
Número de telefone	Coletado pelo aplicativo (caso seja autorizado) ou informado pelo usuário

BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DOS CANDIDATOS A PROCESSOS SELETIVOS

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado para finalidades determinadas, legítimas e previamente informadas, desde que amparado por uma das bases legais previstas na referida norma. Os dados pessoais coletados por meio deste site são tratados com a finalidade de viabilizar a inscrição em processos seletivos, para fins de identificação do usuário, nos termos do artigo 7º, incisos II, III e V da LGPD.

Caso ocorra a aprovação em algum processo, tais dados poderão ser reutilizados para o procedimento de admissão.

COMO SÃO COLETADOS OS DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES

Seus dados pessoais são coletados quando disponibilizados por meio das seguintes formas:

- a) Preenchimento do formulário cadastral para sua admissão;
- b) Preenchimento de ficha cadastral de admissão;
- c) Preenchimento de formulário de recadastramento no site da RioSaúde;
- d) Realização de contato direto quando você pode enviar dados pessoais.

Esses dados podem ser: nome completo; nome social; nacionalidade; naturalidade; data de nascimento; sexo; filiação; número de inscrição no CPF, estado civil; endereço de e-mail; endereço; número de telefone; e documento Oficial de Identificação (RG, CNH e outros).

DADOS TRATADOS	FORMA DE COLETA DOS DADOS
Nome completo	Informado pelo usuário
Nome social	Informado pelo usuário (opcional)
Data de nascimento	Informado pelo usuário
Sexo	Informado pelo usuário
Filiação	Informado pelo usuário
Raça	Informado pelo usuário
Nacionalidade	Informado pelo usuário
Naturalidade	Informado pelo usuário
Número de inscrição no CPF	Informado pelo usuário
Estado civil	Informado pelo usuário
Endereço de e-mail	Informado pelo usuário
Documento oficial de identificação (RG, CNH e outros)	Informado pelo usuário
Endereço residencial	Informado pelo usuário
Número de telefone	Coletado pelo aplicativo (caso seja autorizado) ou informado pelo usuário
Matrícula	Informado pelo usuário

BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado para finalidades determinadas, legítimas e previamente informadas, desde que amparado por uma das bases legais previstas na referida norma. Os dados pessoais coletados por meio deste site são tratados com a finalidade de viabilizar a inscrição em processos seletivos, para fins de identificação do usuário, nos termos do artigo 7º, incisos II, III e V, e do artigo 11, inciso II, alínea “a”, da LGPD.

SERVIÇO AOS USUÁRIOS

Os dados pessoais coletados também podem ser utilizados para prestação de serviços aos usuários, incluindo responder questionamentos, reclamações e solicitações (reclamações que chegam por e-mail ou ouvidoria).

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Nos termos da LGPD, o titular dos dados poderá, a qualquer momento, solicitar o acesso à confirmação da existência de tratamento, correção, anonimização, eliminação ou limitação de uso de seus dados pessoais custodiados pela RioSaúde, exceto nos casos previstos em lei.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Os dados pessoais dos usuários poderão ser compartilhados entre os setores que compõem a estrutura organizacional da RioSaúde, cuja atividade exija que eles tenham o referido acesso, ressaltando-se que na análise do caso concreto poderão ser solicitadas outras informações, que podem incluir, eventualmente, dados sensíveis.

Além disso, os dados pessoais dos usuários também poderão ser compartilhados com as seguintes pessoas ou empresas: Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Operador que desenvolve o Aplicativo e o serviço de nuvem que armazena os dados.”, assim como para investigações judiciais, quando necessário.

TAMBÉM PODERÁ HAVER

- Divulgação dos dados pela Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial): Os dados pessoais inseridos em contratos, convênios ou instrumentos congêneres e compartilhados com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A – Imprensa da Cidade, visando à publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, têm como finalidade específica, conforme determina o artigo 26 da LGPD, a concretização dos princípios da publicidade (artigo 37, caput, da CF/88) e da transparência (arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II e 216, § 2º da CF/88, regulamentados pela Lei 12.527/2011).
- Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no Processo.rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Não haverá transferência internacional de dados pessoais.

SEGURANÇA DOS DADOS

A RioSaúde empreenderá todos os esforços necessários para adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado, ou ilícito bem como responder pelos danos decorrentes de violações de segurança aos dados pessoais.

Em caso de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a RioSaúde compromete-se a informar os titulares em prazo adequado.

Todos os seus dados são confidenciais e somente acessados por empregados públicos através de acesso individual aos sistemas devidamente protegidos por login e senha impessoais e intransferíveis.

Contudo, a RioSaúde se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do titular, em que ele mesmo transfere seus dados a terceiros (Engenharia Social).

A RioSaúde se compromete, ainda, a comunicar o titular em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa causar alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

ATUALIZAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta versão é a terceira desta Política de Privacidade e foi atualizada pela última vez em: 10/06/2025.

A RioSaúde se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções dos serviços da empresa, bem como às normas vigentes.

Qualquer alteração e/ou atualização da presente passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos usuários.

FORO

Esta Política de Privacidade será regida pela legislação brasileira. Fica eleito o foro Central da Comarca do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

VERSÕES

Data	Versão	Descrição
15/06/2024	2.0	Segunda Versão
10/06/2025	3.0	Terceira Versão



RioSaúde



RioSaudeOficial



riosau.de.prefeitura.rio